

CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DE EMERGÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DO SETOR DE EDUCAÇÃO. LEITURA A PARTIR DE DADOS CENSITÁRIOS BRASILEIROS

Sadi Dal Rosso¹

Introdução ao problema.

A criação de sindicatos implica discussões teóricas, conceituais e práticas bastante complexas (Dal Rosso, 2009): o que é o sindicato, a distinção entre sindicato e associação, a relação entre associações e sindicatos, condições de consciência e de identidade pessoal e enquanto grupo. Dal Rosso, Cruz e Rêses (2010) aprofundaram a análise de algumas destas questões, entre elas a noção de sindicato, a densidade docente e a necessária condição de assalariamento para promover um salto consciência para a identidade de trabalhador de educação. Este mesmo artigo está organizado a partir de uma classificação das condições gerais necessárias ao surgimento sindical em condições objetivas ou materiais e subjetivas ou de consciência.

A comunicação apresentada a este seminário internacional procura avançar no entendimento da contribuição de condições objetivas para a criação de sindicatos docentes, explorando informações estatísticas, fornecidas pelos censos demográficos de 1872 e 1920 e censo educacional de 1907. As três fontes de dados agregados constituem grande riqueza para o estudo histórico de condições necessárias para a criação de sindicatos. Os censos de 1940 e posteriores não são analisados, dado o interesse mais histórico na questão do surgimento tardio do sindicalismo docente (Dal Rosso e Lúcio, 2005). A qualidade dos censos varia de acordo com as condições em que foram realizados. É necessário, portanto, escoimar o joio do trigo. A importante obra de Senra (2006), História das Estatísticas Brasileiras, permite selecionar aqueles censos de cunho histórico em que a qualidade das informações é preservada e aqueles outros em que aspectos cruciais foram sacrificados.

¹ Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília e pesquisador do CNPq (Brasil). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – GEPT. Livros: A Jornada de Trabalho na Sociedade. O Castigo de Prometeu. (São Paulo: LTr. 1996). Mais Trabalho! A Intensificação do Trabalho na Sociedade Contemporânea (São Paulo: Boitempo Editorial. 2008). E-mail: sadi@unb.br.

A análise das estatísticas é restrita ao Estado de São Paulo, ao Distrito Federal (Rio de Janeiro) em razão da pesquisa situar-se nestas regiões e ao conjunto do país. Entretanto, é evidentemente legítimo estender a análise para qualquer outro Estado, convite que deixo neste momento ao leitor.

Taxa de alfabetização de 14% e média de 3.5 professores para cada dez mil habitantes no censo de 1872

Sindicatos são organizações defensivas e proativas de trabalhadores assalariados. Portanto, dois aspectos são importantes para a análise do sindicalismo docente: o número de professores e o assalariamento.

O significado do número de docentes - melhor seria expressar o fato por meio de uma relação e chamá-la de densidade docente - reside muito mais no aspecto qualitativo do que no quantitativo. Um número maior de assalariados permite trocas e intercâmbio político, permite que se estabeleça o mecanismo da cooperação e de suporte mútuo no terreno ideológico e da ação política.

Indubitavelmente o papel de lideranças é marcante para o desencadear de uma ação política. Mas liderança sem base de atores políticos não resulta em atuação nenhuma. Este argumento também é válido para a criação do sindicalismo docente. A densidade docente também expressa a condição do sistema educacional. Neste sentido, o sistema educacional pode ser avaliado pela taxa de analfabetismo, que é um indicador preciso da abrangência do sistema.

A relação de trabalho dos professores no século XIX no Brasil pode ser, grosso modo, dividida em duas categorias: os professores assalariados pelo Império; são os mestres-escola. E os professores que operavam de forma autônoma, por conta própria.

A seguir as duas dimensões serão exploradas. A taxa de alfabetização da população brasileira em 1872 é de 14%, significando que o sistema educacional existente atendia a esta ínfima proporção da população apenas. Na Província de São Paulo a taxa de alfabetização é de 17%, proporção muito próxima ao conjunto do Império. No Município Neutro, ou seja, no Rio de Janeiro, a taxa sobe para 30%, indicando que na

capital do Império havia um atendimento escolar com capacidade de atender a um terço da população. Em outras palavras, onde o sistema educacional era melhor, atendia a um terço das pessoas, ficando os demais excluídos.

As diferenças por sexo são altamente marcantes. As mulheres que sabem ler e escrever correspondem a metade do número dos homens. A cada mulher alfabetizada, dois homens o são (ver Tabela 1). Tal padrão não varia inclusive no Município Neutro (Rio de Janeiro) onde há um grau de alfabetização um pouco maior, de 30% da população.

A segunda grande diferença consiste no abismo educacional entre população livre e população escrava. O sistema educacional é elitista e está a serviço da população livre. A população escrava está completamente afastada dele. O censo demográfico preserva apenas traços de escolarização entre a população escrava. No Império inteiro são registrados 958 homens e 445 mulheres escravas que sabem ler e escrever, no conjunto de um milhão e meio de escravos registrados pelo censo (ver Tabela 1). Ou seja, para a população escrava não existe sistema educacional. A tal ponto que o censo de 1872 simplesmente não contém qualquer informação sobre meninos e meninas escravos, entre 6 e 15 anos, que estejam freqüentando escola. Há um vazio de informação, o que quer dizer que não existe escola para escravos e filhos de escravos, não existe um sistema escolar para escravos. O sistema que existe é para a população livre.

Tabela 1 – Instrução da população brasileira e freqüência à escola, censo de 1872 (em 1000)

REGIÕES	Populaçã o Total	Homens Total	Mulheres Total	Homens Sab L&E	Homens Analfab	Mulheres Sab L&E	Mulheres Analfab
Rio de Jan.							
Livres	286	134	92	65	69	34	58
Escravos	50	-	-	0,2	25	0,1	29
São Paulo							
Livres	681	348	332	93	255	48	284
Escravos	157	-	-	0,01	88	0,03	68

Brasil							
Livres	8.420	4.318	4.101	1.012	3.306	551	3.550
Escravos	1.517	805	706	1	804	0,4	705

Fonte: Quadro geral de população livre considerada em relação aos sexos, estados civis, raça, religião, nacionalidade e grau de instrução; e Quadro geral de população escrava considerada em relação aos sexos, estados civis, raça, religião, nacionalidade e grau de instrução. Brasil, Recenseamento do Brasil, 1872. IBGE.

Tabela 2 – Frequência à escola, por sexo, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasil, 1872 (em 1.000).

MENINOS

MENINAS

REGIÃO	Frequentam	Não Fre- quentam	TOTAL	Frequentam	Não Fre- quentam	Total
Rio de Jan	6	16	22	4	15	19
São Paulo	15	71	86	9	74	82
Brasil	156	786	942	165	796	961

Fonte: Brasil, Recenseamento do Brasil, 1872. IBGE.

Diante do caos educacional que é o Brasil representado pela fotografia do censo de 1872, examinamos a seguir o número de docentes com o intuito de obter alguma informação sobre a possibilidade de nascer alguma organização associativa ou sindical entre eles. Não há cabimento analisar associativismo e sindicalismo docente no período em que a ordem religiosa dos jesuítas esteve à frente do restrito sistema escolar disponível na colônia Brasil. Nem nos período que o sucedem até depois da independência e da constituição do Império, quando continua o descaso com a população em geral e o sistema educacional é restrito a uma elite.

O censo de 1872 enumera 3.525 professores e homens de letras no Brasil para uma população de 10 milhões de habitantes, o que resulta na ridícula relação de 3,5 professores para cada 10 mil habitantes. Para a província de São Paulo a relação subia para 16. E mesmo no Distrito Neutro (a capital do Império, Rio de Janeiro) apresenta um número muito pequeno de docentes – sendo equivalente a 31 professores para cada 10 mil habitantes (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Número de professores, Brasil, Município Neutro (Rio de Janeiro) e São Paulo segundo o censo de 1872 (em 1000).

UNIDADE	População (1)	Professores (2)	(3) = 2/1x10.000
RIO DE JANEIRO	286	0,9	31
SÃO PAULO	680	1,1	16
BRASIL	11.112	3,5	3,5

Fonte: Brasil, Recenseamento do Brasil, 1872, tabela sobre profissões. IBGE.

Um número tão pequeno de Recenseamento do Brasil, 1872. IBGE.professores não atende ao critério de densidade suficiente para dele emergir algum tipo de organização sindical, nesta época. O sistema educacional é afunilado para atender a parcela mais rica da população, apenas, excluindo completamente a população escrava e a maior parte da população livre também. É um sistema educacional excludente. Não abre oportunidade para o acesso generalizado à escola. Não se trata aqui de afirmar que os docentes do reduzidíssimo sistema educacional existente eram bem pagos, trabalhavam sob condições adequadas, não existiam conflitos internos e externos ao sistema. Todos estes problemas e outros mais certamente existiam. A pesquisa histórica dá conta de reclamações, conflitos. “O sistema educacional criado para substituir aquele implantado pelos padres da Companhia de Jesus não passou de um arremedo do ensino. Cadeiras avulsas ..., com um professor único e sem preparo, sem casas apropriadas, sem mobiliário, sem material didático, sem livros, compunham o cenário do ensino de ler, escrever contar e de recitações de doutrina cristã” (Marcílio, 2005:83), escreve Marcílio

em relação aos 300 primeiros anos da educação básica da cidade de São Paulo, o que significa dizer até o ano de 1870. O sistema educacional operava em pequenas unidades separadas, senão completamente individualizadas, o que dificultava completamente o surgimento de algum tipo de cooperação e desenvolvimento de consciência grupal para reivindicar e lutar pela transformação do sistema educacional. Mesmo nos principais núcleos urbanos estas condições prevalecem. O magistério é dividido nas categorias de público e privado. O setor público é mantido pelo Império, pelas províncias e pelos municípios, constituindo um princípio de assalariamento, de forma descentralizada. Desde a Constituição de 1824, a responsabilidade do setor educacional de base passou para as mãos das províncias e dos municípios (Marcílio, 2005: 88). O setor privado é formado por um lado por mestres autônomos que cobram individualmente para oferecer ensino para crianças e adolescentes. E de outro, por docentes que trabalham para organizações educacionais sustentadas por embriões de empresários capitalistas. Prevalece nesta segunda categoria um sistema de assalariamento que conduzirá muito tempo mais tarde ao surgimento dos primeiros sindicatos. Inexistiam, em conjunto, condições estruturais mínimas, muito menos subjetivas, para o surgimento de organizações sindicais, nesta época.

1,6 docentes por escola e 51 mulheres para 49 homens no magistério no censo educacional de 1907

O alvor do século XX encontra o Brasil com algumas mudanças. Economicamente, o ciclo do café possibilita um início de industrialização no país e com isso, o crescimento urbano e a expansão do assalariamento nos contratos de trabalho. As migrações internacionais aumentaram a oferta de trabalho livre, disponível para o assalariamento. A libertação dos escravos, por outro lado, também injetava um imenso contingente de força de trabalho, que era sistematicamente rejeitado em favor do migrante estrangeiro. De outra parte, a novidade no campo político consistia na implantação do regime republicano em substituição ao imperial. O regime republicano desta época assentou-se sobre um acordo tácito de partilha de poderes entre os governos dos dois principais estados do país. Ao mesmo tempo, o regime republicano não anulou os ímpetus concentracionistas de poderes em mãos da aristocracia agrária e dos segmentos dela

resultantes em termos de burguesia industrial, comercial e de serviços, bem como dos poucos bem sucedidos capitalistas provenientes das migrações européias.

Aquilo que interessa a este artigo, no entanto, é a origem do sindicato. Que quadro social pode depreender-se da análise dos dados estatísticos sobre educação e em que medida ele oferece bases para o estudo da origem sindical?

Utilizaremos dados do censo educacional de 1907, que é considerada uma fonte de informação de boa qualidade. O censo refletirá a realidade do país trinta anos mais tarde, agora sob regime republicano e forte impacto do processo migratório internacional.

Tabela 4 - Número de escolas, pessoal docente e respectiva densidade, Brasil, 1907.

UNIDADE ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ESCOLAS (1)*	NÚMERO DE DOCENTES (2)	3=2/1
Rio de Janeiro	526	2.538	4,9
São Paulo	2.021	3.599	1,8
BRASIL	13.067	20.590	1,6

Fonte: Brasil, Estatística da Instrução, 1916, p.387. IBGE

* As escolas são consideradas pelo número de cursos distintos nela existentes e não apenas pela unidade física.

Os trechos transcritos a seguir são assinados por Bulhões de Carvalho, diretor geral de estatística, e fazem parte do ‘Prefácio do Diretor’ do vol. 1, prefácio que é datado de 12 de julho de 1916.

“Do histórico dos antecedentes da estatística escolar no Brazil se conclue que, tanto no Império ... quanto na República, até 1907, jamais se obteve o desejado êxito, isto é, ‘aprehender ... o estado da instrução no paiz’ (Brasil, 1916: III).

“Não dispondo o Brazil de um aparelho ... para coleta dos elementos necessários à estatística do ensino, procurou a Diretoria Geral de Estatística organizá-la por todos os

meios a seu alcance ... valendo-se, além dos elementos recebidos das autoridades federais e estaduais, dos que recolheu diretamente de grande número de escolas e colégios, ‘graças ao subsídio de relatórios, almanacks, jornaes e outras publicações de caráter regional’... “ (Brasil, 1916: IV-V).

“Desde o início do serviço em 1908, até o fim do ano de 1914, foram expedidos 62.230 documentos relativos à estatística do ensino, ou a média de 8.890 por ano, tendo apenas sido recebidos 14.444 ou, na média, 2.063 por ano. Graças à insistência das requisições conseguiu a Diretoria Geral de Estatística suprir lacunas que prejudicariam o êxito do inquérito.” (Brasil, 1916: V). Estas informações permitem avaliar o sucesso ou não do trabalho de levantamento de informações.

“Começa, neste volume a publicação sistemática dos resultados obtidos no inquérito sobre o ensino, que a Diretoria Geral de Estatística iniciou em 1908, relativamente ao ano de 1907, e que mantém até agora quanto aos anos posteriores, estando em vias de completar as informações correspondentes ao período de 1908 a 1914” (Brasil, 1916: V). Dos inquéritos dos anos de 1908 a 1914, não se tem notícia. Não há publicação ou divulgação do IBGE sobre o assunto.

O quadro que emerge da análise de dados como aqueles da Tabela 4 deixa o leitor chocado com relação ao contexto educacional do país no início do século XX. Nas conclusões da Introdução assinadas por Oziel Bordeaux Rego, Diretoria Geral de Estatística, datada de 1915, reconhece-se duramente o quadro de penúria do sistema educacional e se escreve que: “mostramos, com a força irresistível dos algarismos quanto é precária nossa posição internacional. Não há porque ocultemos essa duríssima realidade.” Se o oficial dos serviços estatísticos caracteriza desta maneira o contexto educacional brasileiro, isto não se refere somente ao sistema educacional, mas tem impacto nas possibilidades de organização sindical.

Existiam por esta época, espalhados por todos os cantos do Brasil, pouco mais de 20 mil professores, incluindo docentes de todos os níveis de formação, do primário, secundário, profissional e ensino superior, de todas as dependências administrativas, federal, estadual e municipal, e de todos os setores, público e privado, quer civis, quer militares. A relação de professores por escola no conjunto do Brasil é de apenas 1,6 por estabelecimento (ver Tabela 4). Tal proporção de não haver sequer dois professores, em média, por estabelecimento, é um indicador do grau de dispersão do professorado pelo conjunto do país e conseqüentemente aponta para uma dificuldade estrutural para organização associativa da categoria. Mesmo no Estado de São Paulo, que despontava economicamente dos restantes estados brasileiros, a proporção não chega a dois professores por estabelecimento. Este padrão médio é alterado quando se consideram espaços eminentemente urbanos, as capitais dos estados e algumas poucas outras grandes cidades, o que pode ser representado pelo Distrito Federal. Ainda assim, o número médio de professores por estabelecimento na capital da república era de 4,9 professores, para qualquer padrão uma proporção ridícula e um percalço sério ao surgimento de organização sindical. O problema reside, em nosso entendimento, no sistema educacional existente no país no começo da república e que foi de maneira taxativa avaliado pelo diretor de coleta de informações do DGE como “precário” quando submetido a comparações internacionais. Mais que isso. O sistema educacional existente está voltado apenas para pequenas parcelas da população, privando a massa de cidadãos brasileiros do acesso à formação.

Com relação ao movimento sindical, a maior concentração dos docentes, de onde presumivelmente viria seu maior ímpeto organizativo, por causa das condições salariais e de trabalho, está nos docentes das escolas primárias, que representam três quartas partes do total de professores na ativa, e das escolas secundárias e profissionais. O número de docentes do ensino superior chega a pouco mais de quinhentas pessoas em todo o país, no início do século XX.

A composição do pessoal docente segundo o sexo apresenta em 1872 informações muito discrepantes (ver Tabela 5). Para o conjunto do Império o corpo docente seria eminentemente feminino, na proporção de duas mulheres para cada professor homem. Àquela época o corpo docente já estaria num processo avançadíssimo de feminização, na proporção de 66%. Entretanto, nas duas regiões consideradas, Município Neutro da Capital do Império, Rio de Janeiro, e São Paulo, a composição é inversa: para cada dois

homens, existe uma mulher professora. Ou seja, nestas duas regiões, está em plena predominância masculina no magistério. As duas teses são evidentemente conflitantes e é necessário buscar uma interpretação para as informações. Em primeiro lugar, tal discrepância aponta para a necessidade de estudos futuros de caráter mais desagregado. Por outro lado, um ponto que pode auxiliar na interpretação tem a ver com a forma do levantamento das informações. As informações de 1872 sobre o sexo do pessoal docente provem da tabela da população considerada em relação às profissões, quando são enumerados 3.255 “professores e homens de letras”. Tal classificação mostra que apenas aquelas pessoas que se definiam social e profissionalmente como tal forneceriam a informação de que eram “professores e homens de letras”. Nas regiões, pois, em que a divisão social do trabalho estava mais avançada a vida profissional como professor era identificada como tal. Este argumento do grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho, obviamente nos termos daquela época, permite encontrar uma resposta única para as duas informações discrepantes. No Município Neutro e em São Paulo, onde a identificação com o trabalho docente é maior, prevalece a classificação de “professor”. Consequentemente, nestas regiões a função docente é eminentemente masculina, em 1872. São argumentos favoráveis a esta interpretação, o fato de que o número de alunos por professor ser, no Município Neutro 12 alunos por professor e em São Paulo, 21, números bastante razoáveis, especialmente em se tratando da escola primária. Já para o conjunto do Império a relação é de 91 alunos por professor o que cai fora razoabilidade. Portanto, para o conjunto do Império muitos professores não se declararam como profissionalmente tais por serem primeiramente advogados, juizes, sacerdotes, funcionários públicos. Se for verdadeiro o número de alunos e alunas que freqüentavam a escola naquela época, a saber, 320 mil estudantes, evidentemente exagerado, este número requeriria pelo menos 10 mil professores em ação e igual número de escolas. O número de professores levantados pelo censo parece subestimado. Sendo assim, os professores que se sentiam apenas secundariamente professores eram, primeiramente, profissionais de outras ocupações ou donas de casa.

A interpretação que fizemos acima é coerente com os dados do censo educacional de 1907. Os dados de do censo educacional de 1907 indicam que o processo de feminização do magistério mantinha a proporção 1/1. No conjunto do país, as mulheres perfaziam 51% dos professores de todos os níveis educacionais. A relação professor/professora é muito próxima também nos dois estados considerados: no

Distrito Federal (Rio de Janeiro) as mulheres atingem a proporção de 53% e em São Paulo são 50%. Considerados os dados anteriores, no censo de 1872, quando o magistério era majoritariamente uma profissão masculina, no começo do República está em curso uma tendência em favor da feminização, que aparece aqui naquele momento de relação 1/1, mas que em breve o número de professoras deverá superar o número de professores, na educação primária.

Tabela 5 – Composição do Pessoal docente por sexo, Brasil, 1872 e 1907 (N= 1000).

		SEXO	N	%
Rio de Janeiro	1872	HOMENS	584	65
		MULHERES	313	35
	1907	HOMENS	1.220	47
		MULHERES	1.338	53
São Paulo	1872	HOMENS	727	66
		MULHERES	374	34
	1907	HOMENS	1.796	50
		MULHERES	1.803	50
BRASIL	1872	HOMENS	1.037	32
		MULHERES	2.218	68
	1907	HOMENS	10.098	49
		MULHERES	10.492	51

Fontes: 1872: Recenseamento do Brazil em 1872 (IBGE), Tabela “População considerada em relação às profissões”, p. 7, 12 e 98. 1907: Estatística da Instrução, Diretoria Geral de Estatística, 1916, p. 384-5.

A contribuição da migração estrangeira pode ser vista como aporte demográfico. Mas, além disso, é preciso observá-la de outro ângulo, a saber, como contribuição ideológica. A migração introduziu neste país conservador e com fortes laços com o escravismo,

propostas de transformação da sociedade que transitavam desde modelos democráticos até modelos radicais de transformação da sociedade. Zélia Gatai descreve em seu livro “Anarquistas, Graças a Deus” como o anarquismo trouxe propostas utópicas de construção de comunidades sob o signo do comunitarismo e da plena igualdade, até a intervenção na luta direta pela causa trabalhadora. Gatai oferece também uma descrição interessantíssima da primeira escola elementar privada em que estudou, uma unidade educacional operada por sua dona apenas, mostrando como era generalizada esta relação de trabalho autônomo entre os docentes.

É difícil de crer como este fermento político que acompanhou o processo de industrialização do país e que, portanto, afetava diretamente as camadas dos operários assalariados, não tenha chegado até a determinadas camadas do magistério, especialmente o magistério da escola básica, que era o mais atingido pelo descaso das políticas educacionais como acabamos de ver.

Tome-se o caso do primeiro ensaio de greve geral no país, que foi a greve de 1907. Esta greve era importante porque visava conquistar a regulação da jornada de trabalho de oito horas diárias. Por esta razão, foi chamada de ‘a greve pelas oito horas’. Participaram dessa greve muitas categorias de operários industriais, bem como segmentos do funcionalismo público, tais como o pessoal de limpeza pública. A greve iniciada na capital de São Paulo, estendeu-se por grandes cidades do interior paulista, tais como Santos, Ribeirão Preto e Campinas, e no Rio de Janeiro (ver Dal Rosso, 1996: 232-234). Outras capitais regionais foram também sacudidas por esta mesma greve, porém meses mais tarde, em função das dificuldades de comunicação e de organização.

Repetimos: como não terão repercutido sobre o magistério as greves de 1907, 1912 e 1917 e tantas outras que aparecem no levantamento realizado por Azis Simão (1966), se grande parte do magistério provém dos setores populares, cujos irmãos e parentes dos professores e das professoras estavam diretamente envolvidos com a greve? O magistério é ainda um grupo numericamente pequeno, trabalha em estabelecimentos com pequeno número de colegas em sua grande maioria, o magistério representa o papel de modelo para a sociedade e sua formação é controlada ideologicamente por conceitos de reprodução da sociedade. Estes pontos indicam o grau de dificuldade que o

magistério encontrava, no início do século XX, para iniciar a organização de entidades de defesa e de luta social e política.

O censo de 1920 registra 50 mil docentes no Brasil

O magistério passa a integrar as profissões liberais junto com profissões religiosas, judiciárias, médicas e também o grupo ciência, letras e artes (Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1920, vol IV, 5ª parte, tomo I: página XXII). Com isso, perde-se completamente a possibilidade de acompanhar o que aconteceu com o magistério e seu papel no movimento associativista e sindicalista. O desastre não é total porque em pelo menos uma tabela aparece a categoria “magistério”.

A classificação das profissões é feita segundo o esquema de oito setores, a saber: agricultura, criação, caça e pesca; indústrias; transportes; comércio; administração; profissões liberais; serviços domésticos; outras (inclusive mal definidas) (Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1920, vol IV, 5ª parte, tomo I: página XXXII). Este esquema sofrerá posteriormente reajustes, sendo notórias as fragilidades do setor administração e das profissões liberais.

Bulhões de Carvalho, Diretor Geral de Estatística estima a taxa de analfabetismo no Brasil em 76%, número que representa um lentíssimo avanço em relação ao censo de 1872, quando a proporção fora estimada em 84%. Em meio século, a taxa de analfabetismo fora reduzida em apenas 8 pontos percentuais. (Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1920, vol. IV, 4ª parte, p. VIII). Este dado resume de forma gritante o valor que é dado à educação na República Velha.

Sendo o objetivo deste artigo analisar as condições de emergência do associativismo e sindicalismo docente, é preciso atentar para a precariedade do sistema educacional implantado, pois não é plausível a emergência de sindicato sem que exista ao mesmo tempo um grande número de profissionais trabalhando em educação. Se a política educacional é tão tímida que não é capaz de superar a marca de 76% da taxa de analfabetismo, por este aspecto as condições são inteiramente desfavoráveis para formação de sindicato.

Outro dado estrutural significativo aparece na Tabela 6, a saber, dois indicadores de densidade do sistema escolar, número médio de alunos por escola e número médio de professores por escola. O surgimento de sindicato depende de cooperação entre assalariados, que conduz à quebra das resistências das consciências individuais e a abertura para perspectivas de luta. Os dados para o conjunto do país são desoladores. O número médio de professores por escola é igual a 2.5. Esta média inviabiliza formas de ação cooperativa e colaborativa, interação acadêmica, política e ideológica entre os docentes pela simples razão de ser um sistema educacional restrito aos estratos mais beneficiados econômica e socialmente. Estruturalmente a sociedade brasileira tornava inviável qualquer proposta de organização associativa e sindical, não fosse a concentração de docentes e estudantes em escolas nos grandes centros urbanos. O Distrito Federal fornece dados que começam a apontar para condições de viabilidade de organização sindical. A densidade docente por escola é de 11 professores em média e o número de estudantes, 165. Estas condições são possíveis apenas em alguns centros urbanos. Estudos mais recentes mostram que o sindicalismo só se tornou possível em muitos estados e mesmo em muitas capitais somente na década de 1970 em diante.

Tabela 6 – Número de escolas, número de alunos matriculados e número de alunos por escola, Brasil, 1920 (N=1000).

ESTADO	ESCOLAS	ALUNOS MATRICULADOS*	ALUNOS POR ESCOLA	PROFESSORES POR ESCOLA
RIO DE JANEIRO	680	113	165	10.8
SÃO PAULO	3.757	289	77	3.7
BRASIL	21.748	1.249	57	2.5

* Em 1.000. Fonte: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1920, vol. IV, 4ª parte, p. VII ; número de professores, Brasil, Distrito Federal e Rio de Janeiro. Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1920, vol. IV, 4ª parte, páginas 7, 27 e 87, respectivamente.

As informações censitárias fornecem os seguintes dados sobre a evolução do corpo docente. São pouco mais três mil professores em 1872 (número certamente sub-registrado; seria mais correto supor entre cinco e dez mil professores); 21 mil em 1907 e 54 mil em 1920. Mostramos também que a razão de sexo no magistério era favorável aos homens em 1872, mas o processo de feminização do magistério já estava em pleno curso em 1907 e atinge um ponto de não retorno em 1920, quando 70% do pessoal docente é composto por mulheres (ver Tabela 7). Portanto, a possibilidade de surgimento de organizações sindicais trará necessariamente a marca feminina, dado que a categoria é majoritariamente feminina. Mesmo que as organizações associativas e sindicais docentes que começam a aparecer na virada do século tenham à sua frente figuras masculinas em diversos casos, inevitavelmente sua base será essencialmente feminina.

Tabela 7 – Composição do pessoal docente por sexo, censo de 1920.

		HOMENS	MULHERES	TOTAL
RIO DE JANEIRO	N	1.384	5.979	7.363
	%	19	81	100
SÃO PAULO	N	4.102	9.613	13.715
	%	30	70	100
BRASIL	N	16.364	38.158	54.522
	%	30	70	100

Fontes: Brasil, Distrito Federal e São Paulo, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1920, vol. IV, 4ª parte, páginas 7, 27 e 87, respectivamente.

São Paulo, Capital, tem em 1920, 4.500 professores. (Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento de 1920, vol IV, 5ª parte, tomo II, p.787).

Conclusão

Segundo Sidney Webb e Beatrice Webb (1973: 1) o “sindicato é uma associação contínua de assalariados com o objetivo de manter ou melhorar as condições de suas vidas”. Essa definição está bastante desatualizada em em pelo menos dois aspectos: contem uma interpretação de o sindicato é uma organização voltada mais para a defesa das causas do que para uma atitude proativa; e na sociedade contemporânea o sindicato pode ampliar sua atuação como movimento social, que engloba assalariados, desempregados e outras categorias sociais.

O percurso realizado às informações estatísticas históricas para entender a gênese do sindicalismo docente trouxeram alguns percalços, mas também algumas vitórias. Entre os percalços recai a dificuldade de analisar a relação de assalariamento entre os docentes e os auxiliares dos sistemas educacionais. Teoricamente, três relações são discerníveis: professores assalariados públicos, professores assalariados de empregadores privados; e professores que atuavam por conta própria. Não obtivemos informações quantitativas que indicassem a proporção de docentes em cada categoria. A terceira categoria, professores por conta própria, tinha maior expressão quando a presença do Estado era menor no campo educacional. Restam para a análise do sindicalismo de trabalhadores de educação os assalariados públicos e privados. Sabe-se que os assalariados públicos foram importantes no enfrentamento de causas sociais como a república, o voto, o término do sistema escravo e que também estiveram ligados à criação de associações, algumas permanentes outras mais transitórias (Cruz, 2008 ; Dal Rosso, Cruz e Rêses, 2010). Por sua vez os assalariados privados deixaram sua marca histórica na organização sindical com a criação do SINPRO-RIO (Reses, 2008 ; Dal Rosso, Cruz e Rêses, 2010), aproveitando as regras que viabilizavam o sindicato em empresas privadas, mas vedavam no setor público. A questão do assalariamento, entretanto, continua aberta para investigações complementares.

A densidade docente é uma condição cuja relevância reside mais no seu sentido qualitativo do que quantitativo. Uma maior densidade docente permite a cooperação, o intercâmbio e o desenvolvimento de idéias e propostas no terreno puramente educacional, como também no terreno da auto-defesa mútua, e no campo das questões políticas coletivas da categoria (salário, condições de trabalho, política educacional, questões locais e nacionais). A dispersão dos docentes por estabelecimentos isolados dificulta sobremaneira a organização de entidades sindicais. Iniciativas tais como a criação de escolas normais de formação do magistério e grupos escolares, a despeito dos

rígidos controles estatais, permitiram o fermento político que decorre da cooperação. Algumas destas escolas deixaram marcas na formação de associações e organizações sindicais (Dal Rosso, Cruz e Rêses, 2010).

Taxa de analfabetismo e densidade docente são indicadores que iluminam o sistema educacional vigente. Outros indicadores que apresentamos no curso deste texto, tais como número de escolas, relação de professores por escola, relação de alunos por escolas, frequência à escola, número de alunos e de professores, formam um quadro lamentável do sistema educacional durante o Império e o começo da República, o que tornava inviável a existência de organizações sindicais, a despeito das condições precárias do trabalho e de vida dos docentes.

Dois elementos adicionais foram abordados: a composição por sexo do magistério e o acesso da população escrava ao sistema educacional no Império. Os dados contidos no censo de 1872 relativamente à composição de sexo do magistério envolvem um problema sério de interpretação. Segundo os dados contidos no censo de 1872, a taxa de feminização do magistério no conjunto do país já se encontrava em 68%, caindo para 51% em 1907. Os dois estados analisados apresentam indicações em direção completamente oposta, a saber, em 1872 o Distrito Federal apresentava uma taxa de feminização de 34% e São Paulo de 35%. Os dados destes dois estados são muito coerentes e parece que o problema está relacionado com a forma como os dados a respeito dos professores foram colhidos, isto é, segundo o critério profissional. Mostramos também que o número de professores necessários para atender o número de estudantes que o censo registra em 1872 deve ser pelo menos três vezes maior, o que permite explicar o problema da taxa de feminização. Ba virada do século XIX para o século XX, a taxa de feminização do magistério brasileiro é igual a 50% ou mais. Por esta época, também começam os esforços de criação de associações mútuas entre os professores. Se as direções destas associações são muito masculinizadas (Dal Rosso, Cruz e Rêses, 2010) isto não quer dizer que a base não seja majoritariamente feminina. Doravante o sindicato que surgir terá marca feminina ou simplesmente não será.

O censo de 1872 permite analisar o acesso dos escravos ao sistema educacional. Em Casa Grande e Senzala, Gilberto Freire relata que escravos foram também mestres escolas e ajudaram a perpetuar o letramento na sociedade de analfabetos do século XVI e XVII. Sendo verdade o relato de Freire, o passar dos anos teve um efeito devastador

sobre a educação formal da população escrava, pois dos 1,5 milhão de escravos enumerados pelo censo de 1872, somente 1,4 mil sabiam ler e escrever e sequer havia registro de crianças escravas nas escolas. Tal exclusão total e absoluta talvez esteja na raiz da reivindicação por educação que é uma bandeira constante nos movimentos negros, desde o século XIX, como demonstrado na tese de doutorado de Sales Augusto dos Santos.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Brasil 1872 – Império do Brazil, 1872.

_____. Diretoria Geral de Instrução. Estatística Escolar. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1916. Volume 1.

_____. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brasil. Volume II. 1ª Parte, 1º de setembro de 1920.

CRUZ, Hélvia Leite. . Condições de construção histórica do sindicalismo docente de educação básica. Tese de Doutorado em Sociologia.. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DAL ROSSO, Sadi . A Jornada de Trabalho na Sociedade. O castigo de Prometeu. São Paulo: LTr. 1996.

DAL ROSSO, Sadi. Contribuição para a teoria do sindicalismo no setor da educação. Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil. Anais de Seminário. Rio de Janeiro: Rede de pesquisadores sobre associativismo e sindicalismo docente. 2009.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia Leite e RÊSES, Erlando da Silva. Condições de Emergência do Sindicalismo Docente. Artigo submetido à revista PRO-POSIÇÕES da UNICAMP. 2010.

DAL ROSSO, Sadi e LÚCIO, Magda. O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil. Universidade e Sociedade. Brasília/DF, Ano XIV, nº33, Junho: 115-125. 2005,

MARCÍLIO, Maria Luiza. História da Escola em São Paulo e no Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel. , 2005.

RÊSES, Erlando da Silva. *De Vocação para Profissão: Organização Sindical Docente e Identidade Social do Professor*. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras. Volume I – Estatísticas desejadas (1822 - c.1889)*. Rio de Janeiro: IBGE. 2006

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado. Suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

WEBB, Sidney and Beatrice. *The history of trade unionism*. New York: Augustus M. Kelley. 1973.